



PREFEITURA DE MACEIÓ - AL

Guarda Civil Municipal

Questões gabaritadas
da banca FUNDEPES
Legislação comentada
Conteúdo de acordo
com o Edital nº 01/2026,
de 04 de março de 2026



- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Conhecimentos Específicos
- Noções de Informática (On-line)
- Legislação Municipal Específica (On-line)

Prefeitura de Maceió - AL

Guarda Civil Municipal

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A *Editora Nova Concursos* será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Guarda Civil Municipal, de acordo com o Edital nº 01/2026, da Prefeitura Municipal de Maceió - AL.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de “Importante!” e “Dica”, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *FUNDEPES* responsável certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação, acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Noções de Informática e Legislação Municipal Específica disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO.....	11
INFERÊNCIAS.....	11
TEXTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS.....	14
■ ELEMENTOS QUE COMPÕEM UMA NARRATIVA.....	15
■ TIPOS DE DISCURSO	17
■ PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR	19
■ ARGUMENTAÇÃO.....	20
■ ELEMENTOS DE COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS	21
■ INTERTEXTUALIDADE	25
■ ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS.....	29
■ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAIS	29
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	41
■ SEMÂNTICA.....	43
DENOTAÇÃO	43
CONOTAÇÃO.....	43
SINONÍMIA	43
ANTONÍMIA.....	44
HOMONÍMIA	44
PARONÍMIA.....	45
POLISSEMIA	45
AMBIGUIDADE	45
■ EMPREGO DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS	46
■ COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	46
■ VOZES VERBAIS.....	47
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO.....	47
REGÊNCIAS VERBAL E NOMINAL	57

CONCORDÂNCIAS VERBAL E NOMINAL	59
■ EMPREGO DO ACENTO INDICATIVO DA CRASE.....	65
■ PONTUAÇÃO	67
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	70
ALFABETO	71
FIM DO USO DO TREMA	71
ACENTUAÇÃO.....	71
HÍFEN.....	71
USO DAS LETRAS MAIÚSCULAS.....	72
USO DO ACENTO GRAVE.....	72
DIVISÃO SILÁBICA	72
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	79
■ LÓGICA PROPOSICIONAL	79
PROPOSIÇÕES SIMBÓLICAS (FÓRMULAS).....	79
LÓGICA DOS PREDICADOS: PROPOSIÇÕES QUANTIFICADAS.....	81
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS E CONECTIVOS LÓGICOS.....	82
■ ARGUMENTOS VÁLIDOS E SOFISMAS	87
■ OS NÚMEROS REAIS.....	97
OS NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES E COMPARAÇÃO	97
NÚMEROS RACIONAIS.....	99
Dízimas Periódicas	100
RELAÇÃO ENTRE FRAÇÕES E NÚMEROS DECIMAIS.....	100
Números Decimais: Comparações e Operações	100
Frações: Comparação e Operações.....	100
NÚMEROS IRRACIONAIS	101
■ NÚMEROS PRIMOS.....	103
MÚLTIPLOS E DIVISORES	103
CRITÉRIOS DE DIVISIBILIDADE	104
MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E FATORAÇÃO	104

MÁXIMO DIVISOR COMUM.....	106
■ RAZÕES E PROPORÇÕES.....	107
PORCENTAGEM	110
■ CONHECIMENTOS GEOMÉTRICOS.....	112
■ SEQUÊNCIAS	121
PROGRESSÕES ARITMÉTICAS.....	121
PROGRESSÕES GEOMÉTRICAS	123
RACIOCÍNIO LÓGICO SEQUENCIAL.....	124
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE.....	124
■ NOÇÕES BÁSICAS DE ESTATÍSTICA: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS APRESENTADOS EM GRÁFICOS E TABELAS.....	134
MÉDIA, MODA E MEDIANA DE UMA SÉRIE DE DADOS	138
■ RACIOCÍNIO QUANTITATIVO.....	140
■ COMPREENSÃO DE TEXTOS MATEMÁTICOS	140
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	145
■ NOÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	145
DEFINIÇÃO	145
FUNDAMENTOS.....	145
COMPONENTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	145
■ FORÇAS ARMADAS E FORÇAS AUXILIARES: DIFERENÇAS, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS	146
■ COMPETÊNCIA MUNICIPAL NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	147
■ NOÇÕES DE SEGURANÇA PATRIMONIAL: CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	148
■ O MUNICÍPIO E A SEGURANÇA PATRIMONIAL: RESPONSABILIDADE E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	150
■ ORGANIZAÇÃO POLÍTIADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO E SUA DIVISÃO ADMINISTRATIVA.....	150
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	151
CONCEITO	151
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	159

■	ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E ÉTICA NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO SERVIÇO PÚBLICO	172
■	ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	176
	CONCEITOS, ELEMENTOS, PODERES, NATUREZA, FINALIDADES E PRINCÍPIOS	176
■	DIREITO ADMINISTRATIVO	181
	CONCEITO E FONTES	181
	PRINCÍPIOS.....	183
■	ATO ADMINISTRATIVO	187
	CONCEITO	187
	REQUISITOS.....	188
	ATRIBUTOS	188
	CLASSIFICAÇÃO	189
	ESPÉCIES	191
	INVALIDAÇÃO.....	191
	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO	191
■	NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	192
	DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ARTS. 1º A 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)	192
	DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (ARTS. 5º A 11 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL).....	196
	DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (ARTS. 18 A 31 E 37 A 41 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) E COMPETÊNCIAS PRIVATIVA, COMUM E COMPLEMENTAR DOS ENTES FEDERATIVOS	225
	DA SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)	254
■	NOÇÕES DE DIREITO PENAL.....	257
	CRIMES CONTRA A PESSOA E CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 121 A 183 DO CÓDIGO PENAL)	257
	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTS. 312 A 337-A DO CÓDIGO PENAL)	308
■	MECÂNICA BÁSICA DE VEÍCULOS.....	322
■	DIREÇÃO DEFENSIVA E PREVENÇÃO DE ACIDENTES	325
■	PROCEDIMENTOS EM CASO DE ASSALTO (ANTES, DURANTE E APÓS A OCORRÊNCIA)	327
■	NOÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO	329
	ACIDENTES DE TRABALHO (CONCEITO, CAUSAS E PREVENÇÃO).....	330
■	NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS.....	334

PAPEL DO SOCORRISTA	334
PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA.....	334
HEMORRAGIAS.....	335
FERIMENTOS	336
ENTORSES.....	336
LUXAÇÕES.....	336
FRATURAS	336
DISTÚRBIOS CAUSADOS PELO CALOR	336
CHOQUE ELÉTRICO	337
MORDIDAS E PICADAS DE ANIMAIS.....	337
TRANSPORTE DE ACIDENTADOS.....	337
CORPOS ESTRANHOS NO ORGANISMO	338
LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	338
LEI FEDERAL Nº 10.741, DE 01 DE OUTUBRO DE 2003: ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	382
LEI FEDERAL Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006: LEI MARIA DA PENHA.....	403
LEI FEDERAL Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	415
ARTS. 54 A 69: POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES, CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL	415
LEI FEDERAL Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014: ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS.....	417
LEI FEDERAL Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018 (SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA)	425

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

I INFERÊNCIAS

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

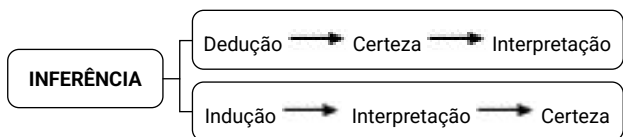
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

I A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA PROPOSICIONAL

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade (V)**; quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso (F)**.

PROPOSIÇÕES SIMBÓLICAS (FÓRMULAS)

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: $(\sim p)$ ou $(\neg p)$.

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- $(\sim p)$ ou $(\neg p)$: “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: \wedge

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: \vee

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: \veebar

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: \rightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se”)

Representação simbólica: \leftrightarrow

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

Dica

Proposição lógica é uma oração declarativa que admite apenas um valor lógico: V ou F.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança pública é o conjunto de ações, instituições e medidas voltadas à proteção da coletividade. Sua finalidade é preservar a ordem pública, reduzir situações de risco e resguardar pessoas, bens e espaços de convivência social. No Brasil, esse tema se relaciona diretamente com a garantia de direitos e com a manutenção de um ambiente social estável.

Esse campo não se limita ao combate direto ao crime. Ele envolve prevenção, resposta a ocorrências, mediação de conflitos, proteção institucional e articulação entre Estado e sociedade. Também depende de planejamento, informação, presença territorial e atuação coordenada entre diferentes órgãos.

DEFINIÇÃO

A definição de segurança pública parte da ideia de proteção da vida em sociedade. Trata-se de uma atividade estatal organizada para prevenir infrações, conter ameaças à paz social e atuar diante de situações que coloquem em risco a integridade das pessoas e do patrimônio. Por essa razão, sua compreensão ultrapassa a noção de policiamento ostensivo e alcança uma estrutura mais ampla de preservação da ordem.

No plano jurídico brasileiro, a segurança pública é tratada como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Isso significa que o poder público possui atribuições próprias nessa área, mas a convivência segura também depende da participação social, do respeito às normas e da cooperação institucional. A noção de corresponsabilidade amplia o entendimento de que segurança não é produto de uma única força ou de uma única medida.

A definição do tema também envolve a identificação de seus agentes e de seus meios de atuação. Nessa lógica, entram os órgãos encarregados da prevenção e da repressão legal, além de instrumentos de inteligência, investigação, patrulhamento e atendimento emergencial. O objeto da segurança pública é dinâmico, porque acompanha mudanças sociais, urbanas e tecnológicas que alteram a forma como os riscos se apresentam no cotidiano.

FUNDAMENTOS

Os fundamentos da segurança pública começam pela legalidade. Toda atuação estatal nessa área deve obedecer à Constituição, às leis e aos limites impostos pelos direitos e garantias individuais. Isso impede arbitrariedades e orienta a ação dos agentes públicos dentro de parâmetros definidos pelo ordenamento jurídico.

Outro fundamento é a preservação da ordem pública em harmonia com a dignidade da pessoa humana. Isso exige ações proporcionais, uso legítimo da força,

respeito à integridade física e tratamento compatível com os direitos da população.

Também integram esses fundamentos a eficiência administrativa, a coordenação entre instituições e a continuidade das políticas públicas. Segurança pública depende de coleta de dados, análise de cenários, capacitação profissional e integração entre prevenção e resposta. Nesse contexto, a atuação articulada entre órgãos policiais, sistemas de justiça e demais setores estatais amplia a capacidade de enfrentar situações que afetam a convivência coletiva.

COMPONENTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

As diretrizes gerais do sistema de segurança pública brasileiro encontram-se no art. 144, da Constituição Federal (CF).

O sistema é organizado integrando órgãos dos Poderes Executivos federal, estadual e municipal, e tem a estrutura descrita abaixo:

Órgãos Federais de Segurança Pública

No âmbito federal, compete ao **Ministério da Justiça e Segurança Pública** (MJSP) o trato da segurança pública.

Ao MJ estão vinculados os seguintes órgãos:

- **Secretaria Nacional de Segurança Pública** (Senasp);
- **Departamento de Polícia Federal** (DPF);
- **Departamento de Polícia Rodoviária Federal** (DPRF); e
- **Polícia Penal Federal**.

Dica

Além dos três órgãos enumerados acima, existem, ainda, órgãos colegiados ligados ao MJSP que auxiliam no desenvolvimento e avaliação da política de segurança pública, tais como o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP), que tem como finalidade formular e propor diretrizes para as políticas públicas dirigidas à promoção da segurança pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade.

À **Senasp** cabe, basicamente, promover a integração entre o governo federal e os governos estaduais e municipais, além de traçar diretrizes de caráter geral em áreas tais como capacitação de recursos humanos e informação.

O **Departamento de Polícia Federal**, vinculado ao MJSP, por sua vez, é responsável por investigar os crimes de competência federal, além de realizar a fiscalização de aeroportos, o registro de armas de fogo e a emissão de passaportes.

Já a **Polícia Rodoviária Federal**, subordinada ao MJSP, é responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Por fim, a **Polícia Penal Federal**, também subordinada ao MJSP, é responsável pela segurança interna e externa dos presídios federais.


Atenção! Ainda no âmbito federal, existe a Força Nacional de Segurança Pública, criada por meio do Decreto nº 5.289, de 2004, formada por servidores de

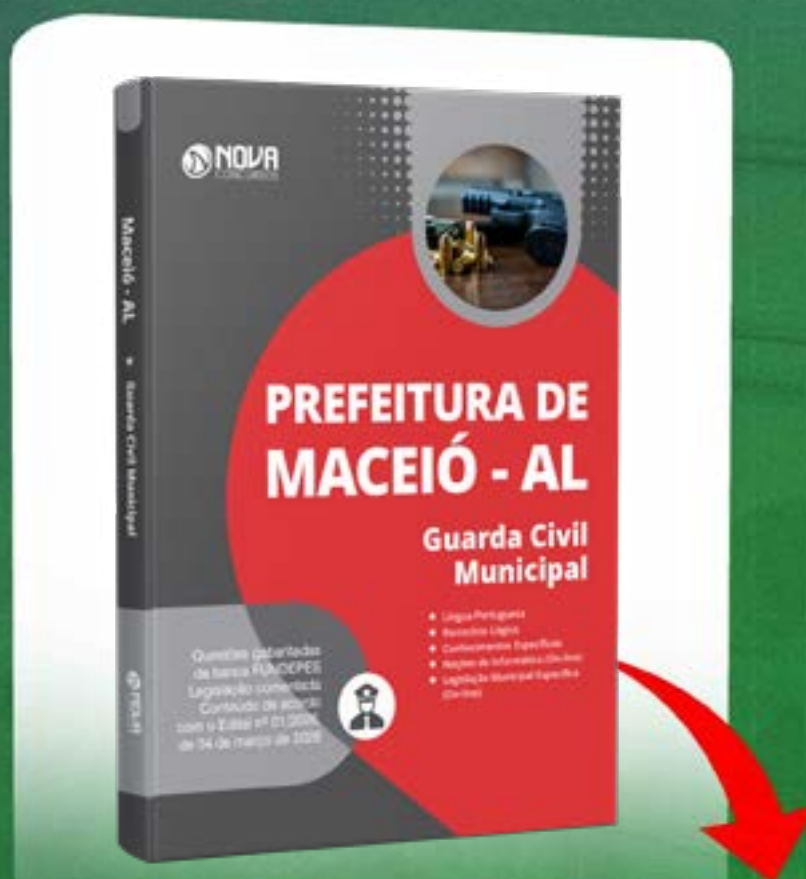
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)